

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

**Demonstrações financeiras
e relatório dos auditores independentes
em 31 de dezembro de 2012**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

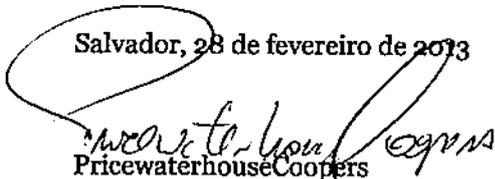
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

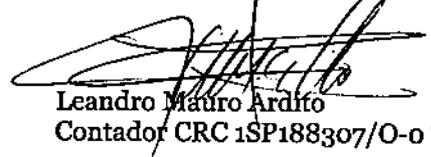
Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 28 de fevereiro de 2013


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA


Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0 "S" BA

Viababia Concessionária de Rodovias S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	2012	2011
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	26.640	47.151	Fornecedores (Nota 12)	28.065	11.321
Contas a receber (Nota 7)	9.054	8.320	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	29.591	229.099
Tributos a recuperar	10.625	13	Salários e encargos sociais	4.405	3.746
Despesas antecipadas (Nota 8)	3.628	3.414	Tributos a recolher (Nota 15)	3.087	2.697
Outros ativos	311	172	Imposto de renda e contrib. social a pagar		1.117
	50.258	59.070	Verba de fiscalização (Nota 17)	373	353
			Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia (Nota 14)	285.169	307.708
Não circulante			Dividendos a pagar (Nota 18)	8.545	2.853
Realizável a longo prazo			Provisão para contingências (Nota 27)	109	
Depósitos judiciais	595	393	Outros passivos	56	
Imposto de renda e contrib. social diferidos (Nota 16)	3.496	3.382		359.400	558.894
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	4.591	2.755			
	8.682	6.540			
Imobilizado (Nota 10)	7.001	3.450			
Intangível (Nota 11)	943.424	904.878	Patrimônio líquido (Nota 18)	510.517	303.885
	959.107	914.868	Capital social		
			Reservas de lucros	102.000	102.000
				37.448	9.159
				139.448	111.159
Total do ativo	1.009.365	973.938	Total do passivo e do patrimônio líquido	1.009.365	973.938

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2012</u>	<u>2011</u> (reclassificado Nota 2.20)
Operações continuadas		
Receita (Nota 19)	427.988	264.793
Custos dos serviços prestados (Nota 20)	<u>(322.192)</u>	<u>(197.808)</u>
Lucro bruto	105.796	66.985
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	<u>(12.460)</u>	<u>(10.535)</u>
Lucro operacional	93.336	56.450
Receitas financeiras (Nota 24)	9.591	7.393
Despesas financeiras (Nota 24)	<u>(62.075)</u>	<u>(42.767)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(52.484)</u>	<u>(35.374)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	40.852	21.076
Imposto de renda e contribuição social – correntes (Nota 16 e 25)	(6.327)	(9.906)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos (Nota 16 e 25)	<u>114</u>	<u>2.465</u>
Lucro líquido do exercício	<u>34.639</u>	<u>13.635</u>
Ações em circulação no final do período (em milhares)	<u>102.000</u>	<u>102.000</u>
Lucro básico e diluído por ação (Nota 26) – Em R\$	0,34	0,13

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social integralizado	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Retenção	Incentivos fiscais		
Em 1º de janeiro de 2011	102.000					
Lucro líquido do exercício				(1.623)	100.377	
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Dividendos (Nota 18)				13.635	13.635	
Constituição de reservas (Nota 18)		601	8.558	(2.853)	(2.853)	
Em 31 de dezembro de 2011	<u>102.000</u>	<u>601</u>	<u>8.558</u>	<u>(9.159)</u>	<u>111.159</u>	
Em 1º de janeiro de 2012	102.000	601	8.558		111.159	
Lucro líquido do exercício						
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Dividendos (Nota 18)				34.639	34.639	
Constituição de reservas (Nota 18)		1.732	19.046	(6.350)	(6.350)	
Em 31 de dezembro de 2012	<u>102.000</u>	<u>2.333</u>	<u>27.604</u>	<u>(28.289)</u>	<u>139.448</u>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		
Ajustes de	40.852	21.076
Depreciação e amortização		
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	23.715	11.896
AVP da provisão para investimento da rodovia	38.902	32.340
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	16.805	14.581
Perda na baixa de ativo imobilizado	(1.825)	(2.765)
Margem de lucro de construção	587	614
	<u>(11.162)</u>	<u>(6.283)</u>
	107.874	71.459
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber		
Tributos a recuperar	(734)	(4.667)
Outros ativos	(12)	1.261
Fornecedores	(555)	414
Tributos, salários e encargos	16.744	(7.842)
Impostos a recolher	659	956
Outros passivos	390	(2.142)
	<u>(431)</u>	<u>457</u>
Caixa gerado nas operações	123.935	59.896
Juros pagos sobre empréstimos		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.922)	(15.494)
	<u>(17.429)</u>	<u>(7.442)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>85.584</u>	<u>36.960</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado		
Aquisições de bens do ativo intangível	(5.369)	(1.830)
Resgate de títulos e valores mobiliários	(223.105)	(105.828)
		73
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(228.474)</u>	<u>(107.585)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos recebidos		
Pagamento de empréstimos	451.435	236.575
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(328.398)	(139.342)
	<u>(658)</u>	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>122.379</u>	<u>97.233</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(20.511)</u>	<u>26.608</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>47.151</u>	<u>20.543</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>26.640</u>	<u>47.151</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas		
Receita de construção	<u>446.173</u>	<u>279.365</u>
Receita de pedágio e acessórias	235.941	111.000
	210.232	168.365
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo do serviço de construção	<u>(284.294)</u>	<u>(171.633)</u>
Custo da concessão	(224.779)	(104.717)
Outras despesas	(50.132)	(51.593)
	<u>(9.383)</u>	<u>(15.350)</u>
Valor adicionado bruto		
Depreciação e amortização	161.879	107.732
	<u>(23.715)</u>	<u>(11.896)</u>
Valor adicionado líquido produzido	<u>138.164</u>	<u>95.809</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	9.591	7.393
Valor adicionado total a distribuir	<u>147.755</u>	<u>103.202</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	<u>22.489</u>	<u>21.067</u>
Benefícios	12.666	12.223
Honorários da diretoria	5.290	4.593
Encargos sociais (exceto INSS)	161	129
	4.372	4.122
Impostos, taxas e contribuições	<u>28.552</u>	<u>25.733</u>
Federais	17.894	17.306
Municipais	10.658	8.427
Remuneração de capitais de terceiros	<u>62.075</u>	<u>42.767</u>
Juros, variações cambiais e outros	62.075	42.767
Remuneração de capitais próprios	<u>34.639</u>	<u>13.635</u>
Lucros retidos/prejuízo do exercício	34.639	13.635
Valor adicionado distribuído	<u>147.755</u>	<u>103.202</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. ("Viabahia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 11 de maio de 2009, com sede em Salvador – Bahia. O registro de emissor, na categoria "B" sem ações em circulação no mercado de capitais, para a Companhia foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 24 de agosto de 2012.

A Companhia tem como objetivo a atividade de exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário, pelo prazo de 25 anos, sendo remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A obtenção da concessão não foi objeto de pagamento de outorga e não está previsto no contrato de concessão o aumento de tarifa em função dos investimentos realizados.

A obtenção da concessão do sistema rodoviário se deu em 20 de outubro de 2009 mediante o Termo de Arrolamento e Transferência, a partir do qual o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte ("DNIT") cede, no regime de concessão, o sistema rodoviário e os bens da concessão à Viabahia. O sistema rodoviário objeto do Edital n.º 001/2008 é composto pelas rodovias federais e estaduais, as quais totalizam 681 km de extensão conforme detalhado a seguir:

·	BR-116/BA	Feira de Santana – Divisa BA/MG
·	BR-324/BA	Salvador – Feira de Santana
·	BA-526	Entrada BR-324 – Entrada BA-528
·	BA-528	Entrada BA-526 – Acesso Base Naval de Aratu

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de fevereiro de 2013.

1.1 Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentou um capital circulante negativo de R\$ 309.142, devido principalmente à constituição da provisão para investimentos previstos em ampliação e recuperação da rodovia.

A expectativa dos administradores é que dois fatos revertam esta situação, produzindo capacidade econômica de realização de todos os projetos da Companhia:

- (i) **Alongamento do perfil da dívida** - A Companhia, buscando gerar sustentabilidade econômica ao negócio, obteve em 21 de novembro de 2012, a aprovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") para liberação do financiamento de longo prazo no montante de R\$ 1.369.143, nas seguintes condições:
- ✓ R\$ 1.052.143 a ser financiado diretamente pelo BNDES, com um custo estimado de TJLP+2,16% e carência até 15 de junho de 2014;
 - ✓ R\$ 117.000 a ser liberado pelo BNDES em favor do Banco Votorantim S. A., para repasse à Companhia, com um custo estimado de TJLP+5,55% e carência até 15 de junho de 2014;
 - ✓ R\$ 120.000 a ser liberado pelo BNDES em favor do BES Investimento do Brasil S.A., para repasse à Companhia, com um custo estimado de TJLP+5,2% e carência até 15 de junho de 2014; e

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ R\$ 80.000 a ser liberado pelo BNDES em favor do Banco ABC Brasil S.A., para repasse à Companhia, com um custo estimado de TJLP+5,3% e carência até 15 de junho de 2014.

Em 17 de dezembro de 2012, ocorreu o recebimento da primeira parcela deste financiamento, no valor de R\$ 293.980, para liquidação do empréstimo ponte contratado junto ao BNDES. Em 20 de dezembro de 2012, ocorreu um recebimento complementar, no valor de R\$ 79.479, para quitação da cédula de crédito bancário ("CCB") contratada junto ao Banco BES Investimento do Brasil S.A., no valor de R\$ 35.001 (inclui principal e juros). A parcela remanescente será utilizada para fazer frente aos investimentos em obras nos próximos dois meses.

Além disso, em 26 de dezembro de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), uma linha de crédito de longo prazo, no valor de R\$ 358.440, com vencimento em 26 de dezembro de 2027, para a qual ainda não fez uso dos recursos disponíveis.

- (ii) **Fluxo constante de receitas operacionais** - A Companhia tem na arrecadação do pedágio sua principal fonte de recursos. A Viabahia vem aperfeiçoando os sistemas de atendimento ao usuário, recuperando a malha rodoviária de sua responsabilidade e melhorando a qualidade das rodovias administradas. É esperado que o efeito do investimento previsto/realizado pela Companhia refletirá diretamente no aumento do tráfego e incremento da receita. A melhoria no fluxo das receitas operacionais está diretamente relacionada com o andamento das obras de duplicação, recuperação, construção de acessos e implantação de sistemas operacionais, oferecendo ao usuário do sistema rodoviário uma melhor prestação de serviços e uma infraestrutura rodoviária de qualidade.

O tráfego nas rodovias administradas é composto, em sua maioria, por veículos comerciais e a receita originária desta cobrança do pedágio varia principalmente pelos tempos e estações das fases de produção econômica dos municípios baianos, escoação de safra e circulação de mercadorias produzidas no sul do país com destino a região nordeste. Considerando o exposto, a Companhia em 2012 teve acréscimo no faturamento, porque opera em todas as suas 7 praças de pedágio, ao contrário de 2011, onde a principal praça de pedágio (P1, localizada na BR-324/BA) entrou em operação apenas em julho.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) que são mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações financeiras.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (classificado no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e caixa e equivalentes de caixa.

2.3.2 Perda (impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos (*impairment*) são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

2.3.3 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O detalhamento encontra-se na Nota 9. A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos especulativos e não realiza operações de hedge. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras, líquidas".

2.4 Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. São reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva e juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "*impairment*").

2.5 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de cobertura do seguro.

2.6 Demais ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O imobilizado é composto por imobilizações próprias, tais como, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, computadores e periféricos e benfeitorias em propriedades de terceiros (escritório da administração).

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

2.8 Intangível

(a) Construção da infraestrutura

Os ativos construídos em decorrência do contrato de concessão são reconhecidos como ativo intangível e mensurados inicialmente pelo valor justo.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que podem vir a afetar os saldos registrados, especialmente no que se refere a definição da margem dos serviços de construção.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de itens da infraestrutura, e é amortizado ao longo de sua vida útil.

A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Intangível em formação corresponde aos custos incorridos e capitalizados que estão diretamente relacionados com as atividades de construção da infraestrutura objeto da concessão das rodovias. Adicionalmente, os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia também são capitalizados à medida em que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação da infraestrutura da concessão.

(b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada às taxas anuais mencionadas na Nota 11. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.12 Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

A provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia é calculada com base no plano de negócios da Companhia, considerando estimativa dos investimentos a serem incorridos até o final da concessão. Os recursos serão investidos em obras de melhorias e ampliações, edificações, desapropriações, projetos de duplicações e implantação de passarelas.

A Companhia reconheceu, em contrapartida do Intangível-Concessão, provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia que deverão ser realizadas antes de devolvê-la ao poder concedente, ao final do contrato de concessão. A provisão e a infraestrutura (no "intangível") foram constituídas considerando o fluxo de caixa dos investimentos previstos no contrato de concessão, descontados a valor presente por uma taxa média de 3,43% a.a. (que corresponde à taxa de captação de recursos de longo prazo da Companhia, líquida dos efeitos inflacionários) e apropriados considerando o prazo de conclusão das obras. A reversão do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.14 Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

2.15 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de tributos.

2.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.17 Reconhecimento de receita

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas relacionadas aos serviços de construção ou de melhoria determinados no contrato de concessão são reconhecidas ao valor justo com base no estágio de conclusão das obras realizadas. Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais margem de lucro, conforme demonstrado na Nota 19.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18 Apresentações de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada de decisões estratégicas.

Considerando que a Companhia possui um único contrato de concessão e todas as suas obrigações regulatórias e decisões estratégicas são analisadas em função deste contrato, a Administração avalia as suas operações como segmento único.

2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

As outras normas IFRS ou interpretações IFRIC já emitidas, bem como aquelas emitidas pelo CPC, que ainda não entraram em vigor não devem ter impacto significativo sobre a Companhia.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.20 Reclassificação de valores anteriormente apresentados

A informação contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificada para melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A apresentação entre os saldos publicados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2011			
	Publicado	Reclassificado	Diferença	
Custo dos serviços prestados	(190.843)	(197.808)	6.965	(i)
Despesas gerais e administrativas	(17.500)	(10.535)	(6.965)	(i)

	01/01 a 31/12/2011			
	Publicado	Reclassificado	Diferença	
Salários e encargos sociais	2.132	3.746	(1.614)	(ii)
Outros passivos	1.614	-	1.614	(ii)

- (i) Estas diferenças referem-se aos itens Seguros, Verba de fiscalização e Recursos para polícia rodoviária federal que eram anteriormente apresentadas no grupo de Despesas e foram reclassificadas para Custos para melhor apresentação considerando a natureza de tais gastos, sem impacto no lucro líquido ou patrimônio líquido.
- (ii) Os valores de provisões de férias e 13º salário estavam apresentados como outros passivos e foram reclassificados para salários e encargos sociais.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Determinação das receitas de construção

Na apuração do valor justo da receita de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, considerando margem de lucro, conforme descrito na Nota 19.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Intangível - ICPC 01 – Contratos de concessão

A Companhia registra ativo intangível decorrente de contrato de concessão de acordo com a ICPC 01, o qual é amortizado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas (definição da margem de lucro do serviço de construção e da taxa de desconto do fluxo de caixa dos investimentos), e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva de tráfego). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

(c) Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

O contrato de concessão determina que a Companhia realize investimentos em ampliação e renovação da rodovia, tendo sido registrada provisão referente ao valor orçado desse montante, ajustado a valor presente, à taxa de 3,43% a.a. (taxa de longo prazo ajustada pela inflação). A apropriação desses saldos a resultado, durante o período da concessão, será realizada em bases mensais, com base no custo de construção apurado. O custo de construção estimado é revisado anualmente em outubro e ajustado quando necessário.

(d) Continuidade operacional

Com base na análise dos resultados apresentados, a Companhia, apresenta uma operação lucrativa e pronto acesso a recursos financeiros, que serão suficientes para liquidação da sua dívida de curto prazo e execução das obras previstas no contrato de concessão (Nota 1.1). Dessa forma, a Administração da Companhia conclui pela sua capacidade de continuidade operacional.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplência de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber e ao risco de variação cambial, proveniente das oscilações na taxa do dólar estadunidense.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado, de crédito e de variação cambial, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio. A gestão e o controle dos riscos são realizados pela tesouraria da Companhia sob a revisão do Diretor Financeiro, pautando-se em parâmetros de benchmark de mercado para essa gestão, de acordo com os limites de alçadas e políticas de atuação definidas pela Companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de gestão de caixa acima mencionadas.

Os planos da Companhia sobre o alongamento do perfil da dívida estão descritos na Nota 1.1.

(d) Risco de mercado

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI") e de Juros de Longo Prazo ("TJLP") para suas operações de empréstimos e financiamentos (Nota 13) e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros.

(e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, nas quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha, tais como Banco do Brasil, Bradesco, Banco Safra e Banco do Nordeste.

(f) Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de swap, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A Companhia está exposta a riscos usuais de mercado, relacionados às variações do CDI e dólar, para a operação de swap, e variações da TJLP e dólar para seus empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2012, a administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos em 25% (Cenário II) e de 50% (Cenário III) nos parâmetros de risco citados abaixo.

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	567.375	597.372	608.701
Swap (Ponta Passiva)	Alta do CDI	4.622	4.572	4.523
Swap (Ponta Ativa)	Queda do US\$	4.622	4.566	4.511
Empréstimo Safra	Alta do US\$	29.663	37.078	44.494

Os valores dos parâmetros utilizados para os três cenários mostrados acima podem ser observados como segue:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário Provável (II)	Cenário Provável (III)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
Swap (Ponta Passiva)	Alta do CDI	1,2106	1,2131	1,2155
Swap (Ponta Ativa)	Queda do US\$	1,800	2,250	2,700
Empréstimo Safra	Alta do US\$	2,091	2,614	3,136

(*) Os valores apresentados referem-se ao fator da taxa CDI considerando o acúmulo entre a data de início a data base (fonte CETIP), adicionado a projeção acumulada da curva DI (Fonte BM&F) até a data de vencimento e descontado ao valor presente utilizando a taxa descrita de 100% do CDI – projeção acumulada da curva DI (Fonte BM&F) entre a data base até data de vencimento. Nos cenários II e III a projeção da curva DI foi estressada a 25% e 50%.

(**) O Swap (ponta ativa) possui o risco de queda do dólar; no entanto, conforme metodologia de mercado os valores são descontados pelo DDI (Cupom cambial – Dólar vs DI).

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.1 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas.

Condizente com outras empresas do setor, a administração da Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento da Companhia, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimo assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total da dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante acrescido do passivo não circulante, dividido por seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia aumentou seu índice de endividamento, em comparação com 2011, devido à obtenção de novas linhas de empréstimos para honrar os compromissos assumidos no contrato de concessão, referentes às obras de infraestrutura. Em 31 de dezembro de 2012, a dívida da Companhia é de R\$ 395.304, sendo que sua dívida de curto prazo corresponde a R\$ 29.591 (Nota 13).

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser assim sumariados:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Total dos empréstimos (Nota 13)	395.304	254.287
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(26.640)</u>	<u>(47.151)</u>
Dívida líquida	<u>368.664</u>	<u>207.136</u>
Total do patrimônio líquido	<u>139.448</u>	<u>111.159</u>
Total do capital	<u>508.112</u>	<u>318.295</u>
Índice de alavancagem financeira - %	73	65

4.2 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes menos a perda (*impairment*) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta o ativo da Companhia mensurado pelo valor justo em 31 de dezembro.

Ativo	Nível 2	
	2012	2011
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Derivativos	4.591	2.765
Total do ativo	<u>4.591</u>	<u>2.765</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis, descritos como segue:

	2012	2011
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	4.591	2.765
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	26.640	47.151
Contas a receber	9.054	8.320
	<u>35.694</u>	<u>55.471</u>
Outros passivos		
Fornecedores	(28.065)	(11.321)
Empréstimos e financiamentos	(395.304)	(254.287)
	<u>(423.369)</u>	<u>(265.608)</u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	2.196	931
Aplicações financeiras de liquidez imediata	24.444	46.220
	<u>26.640</u>	<u>47.151</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários à vista, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização. A Companhia não possui contas reservas ou quaisquer saldos de caixa e equivalente de caixa que não estejam disponíveis para uso.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) a percentuais que variam de 100% a 104%.

7 Contas a receber

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Numerário em trânsito		1.194
Visa vale pedágio	228	75
DBTRANS - Vale pedágio	866	686
Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A (CGMP) - Sem parar	7.945	6.365
Receita Extraordinária - Uso da faixa de Domínio	15	
	<u>9.054</u>	<u>8.320</u>

As contas a receber são representadas por recebíveis de pedágio eletrônico (CGMP) e vale pedágio (Visa vale e DBTRANS). Os valores a receber do CGMP, no montante de R\$ 7.945, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar") serão repassados para a Companhia em até quarenta e cinco dias a contar da transmissão dos dados da concessionária para o CGMP.

Em 31 de dezembro de 2012, a administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber. Não existem valores em atraso registrados na contabilidade.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Despesas antecipadas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custos de empréstimos (i)	1.792	1.792
Seguros relacionados a (ii):		
Riscos de engenharia	364	194
Responsabilidade civil	282	275
Riscos nomeados e operacionais	526	545
Garantia de execução da obra	436	595
Benefícios pagos antecipadamente (iii)	210	
Outras despesas	<u>18</u>	<u>13</u>
	<u>3.628</u>	<u>3.414</u>

(i) Refere-se ao adiantamento efetuado em 2010, relacionado com a transação de captação dos empréstimos junto ao Banco do Nordeste. Tal valor será considerado como parte do custo da captação do empréstimo e será transferido para o passivo quando da liberação do recurso, de forma a ajustar a taxa efetiva desse empréstimo.

(ii) Corresponde despesas com seguros (Nota 21) que a Companhia contratou durante o período, e que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e vem sendo apropriado ao resultado ao longo desse período.

(iii) Refere-se a gastos com a compra de vale-refeição, vale-alimentação, vale transporte e assistência médica dos funcionários.

9 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumento de swap para proteção contra riscos financeiros com o Banco Safra. Em relação aos índices e taxas, o índice sobre a parcela do banco é 129% do CDI (ponta passiva) e o índice sobre a parcela destacada da Companhia é a variação cambial + 6,5179% a.a. (ponta ativa). Os índices e taxas serão aplicados sobre a parcela destacada, do início até o término do período de vigência que é de 13 de junho de 2011 a 3 de junho de 2013. Os valores justos do contrato de *swap* de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2012, correspondem a R\$ 4.591 (2011 – R\$ 2.765), registrado na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” no realizável a longo prazo.

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10

Imobilizado

	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outras imobilizações	Imobilizado andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2010									
Custo	118	529	1.363	615	449		93		3.167
Depreciação acumulada	(118)	(22)	(186)	(29)	(13)		(8)		(376)
Saldo contábil, líquido	-	507	1.177	586	436		85		2.791
Em 31 de dezembro de 2011									
Saldo inicial	274	507	1.177	586	436		85		2.791
Aquisições	(1)	496	255	714	30		61		1.830
Baixas	(12)	(45)	(40)	(48)	(479)				(613)
Transferência	(75)	(81)	(300)	12			(13)		(558)
Depreciação / Amortização	186	877	1.092	1.162	13		133		3.450
Saldo contábil, líquido	-	877	1.092	1.162	13		133		3.450
Em 31 de dezembro de 2011									
Custo	261	958	1.392	1.264	(13)		146		4.008
Depreciação acumulada	(75)	(81)	(300)	(102)	13		(13)		(558)
Saldo contábil, líquido	186	877	1.092	1.162			133		3.450
Em 31 de dezembro de 2012									
Saldo inicial	186	877	1.092	1.162			133		3.450
Aquisições	5	1.769	314	132	2.037	73	162	878	5.369
Baixas		(8)	(3)	(12)	(540)			(35)	(587)
Transferência	(143)	456	(367)	6	304	(4)	(24)	(766)	(1.231)
Depreciação / Amortização	48	2.825	1.036	1.153	(289)	69	271	87	7.001
Saldo contábil, líquido	-	2.825	1.036	1.153	1.512		271		7.001
Em 31 de dezembro de 2012									
Custo	191	3.094	1.403	1.288	1.801	73	295	87	8.232
Depreciação acumulada	(143)	(270)	(367)	(135)	(289)	(4)	(24)		(1.231)
Saldo contábil, líquido	48	2.825	1.036	1.153	1.512	69	271	87	7.001
Taxas médias anuais de depreciação	10	10	20	10	20	10	10		

22 de 40

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11

Intangível

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Outros gastos infraestrutura	Softwares	Intangível em formação	Total
Em 31 de dezembro de 2010							
Custo							
Amortização acumulada	91.692	1.480	41.524	29.608	640	67.708	232.652
Saldo contábil, líquido	(154)	(1)	(35)		(126)		(316)
	91.538	1.479	41.489	29.608	514	67.708	232.336
Em 31 de dezembro de 2011							
Saldo inicial	91.538	1.479	41.489	29.608	514	67.708	232.336
Aquisição	638.986	1.384	14.609		278	83.047	738.304
Baixa	(54.424)						(54.424)
Transferências	12.164	12.899	64.859		2	(89.924)	
Amortização	(9.455)	(77)	(1.179)	(454)	(173)		(1.338)
Saldo contábil, líquido	678.809	15.685	119.778	29.154	621	60.831	904.878
Em 31 de dezembro de 2011							
Custo							
Amortização acumulada	688.264	15.762	120.957	29.608	794	60.831	916.216
Saldo contábil, líquido	(9.455)	(77)	(1.179)	(454)	(173)		(1.338)
	678.809	15.685	119.778	29.154	621	60.831	904.878
Em 31 de dezembro de 2012							
Saldo inicial	678.809	15.685	119.778	29.154	621	60.831	904.878
Adição	15.613	4.018	4.968		1.617	34.814	61.030
Transferências	(134.326)	57.235	118.891	(29.608)		(12.192)	
Amortização	(17.034)	(963)	(4.639)	454	(302)		(22.484)
Saldo contábil, líquido	543.062	75.975	238.998		1.936	83.453	943.424
Em 31 de dezembro de 2012							
Custo							
Amortização acumulada	560.096	76.938	243.637	(454)	2.238	83.453	965.908
Saldo contábil, líquido	(17.034)	(963)	(4.639)	454	(302)	-	(22.484)
	543.062	75.975	238.998		1.936	83.453	943.424
Prazo remanescente de amortização (anos)	22	22	22	22			5

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Intangível - Construção da infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização desses ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de realização dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os bens classificados em Recuperação correspondem a pistas, acostamentos e acessos, canteiro central e faixa de domínio, as obras de artes especiais, recuperação dos sistemas de iluminação e instalação elétrica, terraplanagem e estruturas de contenção, drenagem, obras de artes correntes, edificações e construções administrativas, indenizações de benfeitorias e desapropriações e outras recuperações iniciais da rodovia.

Operação compreende implantação dos sistemas de controle de trânsito, arrecadação de pedágio, pesagem, atendimento ao usuário, telefonia e radiocomunicação entre outras implantações para operação da rodovia.

Os Melhoramentos incluem obras especiais e programas de expansão, estruturas de contenção, edificações, operação e controle, melhoramentos nos sistemas de iluminação e instalações elétricas, duplicação de pista, implantação do sistema de monitoração, sinalização e outras immobilizações para melhoramentos.

Outros Gastos correspondem aos custos iniciais de infraestrutura que ocorreram para viabilizar o início da cobrança dos pedágios.

Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Companhia no prazo da concessão de acordo com os termos da legislação vigente, não cabendo qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro no advento do termo contratual.

Segue abaixo a conciliação das adições do intangível com a provisão dos investimentos e a movimentação do intangível no fluxo de caixa da Companhia:

Investimentos realizados - Nota 14	197.833
Margem de construção - Nota 19	(11.162)
	<hr/>
	186.671
Adições intangível	61.030
Complemento dos investimentos - Nota 14	(24.596)
Aquisições demonstradas no fluxo de caixa	<hr/>
	223.105

(ii) Intangível em formação

Intangível em formação corresponde, basicamente, aos investimentos em duplicação de pista que representam potencial de geração de receita adicional através do incremento do tráfego.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Fornecedores

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contas a pagar aos fornecedores (i)	17.189	7.790
Cauções contratuais (ii)	<u>10.876</u>	<u>3.531</u>
Total	<u>28.065</u>	<u>11.321</u>

- (i) Refere-se principalmente à fornecedores de serviços administrativos e valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de recuperação, melhorias, manutenção e conservação.
- (ii) Trata-se de garantia contratual estabelecida com os prestadores de serviços, destinadas à suprir eventuais inadimplências contratuais, fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13 Empréstimos e financiamentos

	Taxa efetiva	Principal e encargos		Total	
		Circulante	Não circulante	2012	2011
Moeda nacional					
BNDES - Ponte (i)	TJLP + 2,80% a.a.				229.099
BNDES (ii)	TJLP + 2,16% a.a.	957	376.209	377.166	
(-) Custos de transação			(11.390)	(11.390)	
Subtotal - BNDES		957	364.819	365.776	
Banco do Brasil (iii)	10% a.a. TJLP + 5,7% a.a.	358	894	1.252	
		1.315	365.713	367.028	229.099
Moeda estrangeira					
Banco Safra (iv)	Dólar + 6,52% a.a.	28.276		28.276	25.188
		28.276		28.276	25.188
Total de empréstimos e financiamentos		<u>29.591</u>	<u>365.713</u>	<u>395.304</u>	<u>254.287</u>

- (i) No final de exercício de 2010, a Companhia contratou este empréstimo ponte junto ao BNDES, no montante total de R\$ 290.000. O empréstimo foi integralmente pago pela Companhia em 17 de dezembro de 2012.
- (ii) Em 21 de novembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação do BNDES para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$ 1.369.143. Em dezembro de 2012 ocorreram os

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

seguintes desembolsos: R\$ 293.980 em 17 de dezembro de 2012; R\$ 79.479 em 20 de dezembro de 2012; e R\$ 2.750 em 27 de dezembro de 2012, totalizando R\$ 376.209.

(a) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado, ajustando a taxa efetiva de juros, em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

(b) Garantias

O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedidos sob a modalidade de “project finance” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre o BNDES e as instituições financeiras Banco Votorantim S.A., BES Investimento do Brasil S.A. e Banco ABC Brasil S.A., onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(c) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos no contrato de financiamento:

- Abster-se de realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos;

- Não conceder mútuos a qualquer acionista, sem a prévia e expressa autorização do BNDES;

- Não apresentar saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos que represente mais de 15% da receita bruta;

- Manter índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada semestre; e

- Manter uma relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total não inferior a 20%, ao longo de todo o prazo do financiamento e apurado ao final de cada semestre.

Para fins de cálculo da relação do Patrimônio Líquido e Passivo Total, bem como do índice de cobertura da dívida, o BNDES utilizará as apurações que constam no balanço em IFRS consolidado, revisado e auditado por empresa de auditoria registrada na Comissão de Valores Mobiliários, excluindo a conta “Provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia”.

As cláusulas restritivas vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia.

- (iii) A Companhia contratou financiamento destinado à aquisição de caminhões, carrocerias para caminhões, caçambas basculantes e cabines estendidas, a ser provido com recursos originários do BNDES, a conta do instrumento de adesão nº360 de 04/07/86 celebrado entre o BNDES e Banco do Brasil. O financiamento corresponde a 90% do valor dos bens, sendo que sobre os 70% do crédito, liberado através do BNDES, incide a taxa de juros de 10% ao ano, e sobre os 30% restantes, fechado através do Banco do Brasil, incide a taxa da TJLP+5,7% ao ano.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) A Companhia possui também empréstimo junto ao Banco Safra S.A., no montante nominal de US\$ 12.549, cuja correção está atrelada à variação cambial mais taxa de juros de 6,52% a.a., com vencimento em 3 de junho de 2013.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até um ano	29.591	229.099
Acima de um ano e até dois anos	12.177	25.188
Acima de dois anos e até três anos	26.414	
Acima de três anos e até quatro anos	28.219	
Acima de quatro anos e até cinco anos	30.070	
Mais de cinco anos	268.833	
	<u>395.304</u>	<u>254.287</u>

Em 26 de dezembro de 2011, a Companhia contratou junto ao BNB uma linha de crédito de longo prazo no valor de R\$ 358.440 com vencimento em 26 de dezembro de 2027. A administração da Companhia vem negociando com o banco os contratos de fiança bancária de forma a permitir a liberação do recurso na Nota 1.1.

14 Provisão para investimento em ampliação e renovação da rodovia

O orçamento da Companhia, preparado com base nos investimentos previstos nas obras de construção e melhoria das rodovias, prevê desembolsos de R\$ 285.169 em 2013. Essa provisão é revista anualmente pela Companhia em decorrência dos novos valores e projeções atuais.

Seguem abaixo os valores estimados referentes aos investimentos em infraestrutura da rodovia:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Em 1º de janeiro	586.405	
Constituição da provisão		253.595
Acréscimo da provisão - início da P1 (i)		85.961
Revisão orçamentária - complemento da provisão (ii)	24.596	286.684
Ajuste a valor presente	16.805	14.581
Investimentos realizados	(197.833)	(54.416)
Em 31 de dezembro	429.973	586.405
Circulante	(285.169)	(307.708)
Não circulante	<u>144.804</u>	<u>278.697</u>

- (i) Em julho de 2011, a Companhia iniciou as atividades da praça de pedágio 1 ("P1").

Viabaha Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) No último trimestre de 2011, após revisão do orçamento relacionado com itens de recuperação da rodovia e equipamentos de sistema de operação, foi agregado à provisão dos investimentos o montante de R\$ 286.684. Esta alteração foi considerada como uma mudança de estimativa do custo e sua contrapartida foi reconhecida no ativo intangível. Em 2012 a Companhia efetuou revisão anual da provisão, com base no orçamento aprovado para 2013 e contratos de obras já firmados.

15 Tributos a recolher

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Tributos federais		
Programa de integração social/contribuição para financiamento da seguridade social/contribuição social sobre o Lucro Líquido		
Imposto de renda de terceiros	66	67
Contribuição para financiamento da seguridade social	136	158
Instituto nacional do seguro social de terceiros	581	520
Programa de integração social	225	285
Contribuição social sobre o lucro líquido de terceiros	126	113
	<u>2</u>	<u>70</u>
	<u>1.136</u>	<u>1.213</u>
Tributos municipais		
Imposto sobre serviço sobre faturamento	969	867
Imposto sobre serviço de terceiros	982	617
	<u>1.951</u>	<u>1.484</u>
	<u>3.087</u>	<u>2.697</u>

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o tributo de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Em 1º de janeiro	3.382	917
Ajustes encargos financeiros - Apropriação AVP	5.714	4.958
Amortização da provisão de investimentos	3.980	1.820
Amortização da margem de construção e capitalização juros	260	110
Provisão participação nos resultados	123	141
Despesas Pré-operacionais a amortizar	(1.500)	(1.500)
Provisão receita e custo de construção	(3.795)	(2.136)
Ajuste encargos financeiros - capitalização juros		(906)
Estorno provisão de gastos para recuperação		(22)
Amortização Societária x fiscal	(1.023)	
Custos dos empréstimos Societária x fiscal	(3.873)	
Outros	228	
Em 31 de dezembro	<u>3.496</u>	<u>3.382</u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores para compensação futura são os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	114	2.465
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	<u>3.382</u>	<u>917</u>
Saldo Final	<u><u>3.496</u></u>	<u><u>3.382</u></u>

17 Verba de fiscalização

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a Companhia deverá recolher à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão, a verba de fiscalização que se destina à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual da verba de fiscalização em 2012 é de R\$ 4.300 (2011 – R\$ 4.011), devendo ser recolhida mensalmente. A verba de fiscalização é reajustada anualmente, na mesma data dos reajustes da tarifa de pedágio. O valor a pagar em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 373 (2011 – R\$ 353).

18 Patrimônio líquido

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2012 está representado por 102.000.000 ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada.

<u>Acionistas</u>	<u>Em milhares de ações</u>	
	<u>ordinárias</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda	71.400	70
Infravix Participações S.A.	<u>30.600</u>	<u>30</u>
	<u><u>102.000</u></u>	<u><u>100</u></u>

A Companhia não poderá, durante o prazo da concessão, reduzir o seu capital social abaixo do valor mínimo de R\$ 52.000 sem prévia autorização expressa da ANTT.

Em 10 de julho de 2012, ocorreu uma reorganização societária da Companhia com a saída da Encalso Construções Ltda. do quadro de acionistas. Do total de ações ordinárias pertencentes à Encalso Construções Ltda. foram transferidas 15.300.000 para Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda., que passou a ser detentora de 70% das ações da Companhia, e 8.160.000 para Infravix Participações S.A., que aumentou sua participação para 30%.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi aprovado em agosto de 2012, através do Laudo Constitutivo nº. 0111/2012, com validade até 2021, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 7.511 de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em conformidade ao Estatuto Social da Companhia, e observando as diretrizes da legislação societária vigente, foi destinado 5% do lucro líquido para formação da Reserva Legal nos exercícios de 2012 e de 2011.

(c) Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou R\$ 19.046 (2011 – R\$ 8.558) para formação de reserva de lucros para investimentos, a qual foi constituída de acordo com o art. 196 da Lei nº 11.638/07, para atender o projeto de investimentos. A reserva de 2011 foi devidamente aprovada pela AGO em 16 de abril de 2012, com a finalidade de fazer frente aos gastos e investimentos programados a serem incorridos pela Companhia na exploração de seu objeto social ao longo dos próximos exercícios, conforme os termos constantes no Orçamento de Capital neste ato também aprovado pelos Acionistas.

(d) Dividendos propostos

A distribuição de dividendos de 2011 foi deliberada conforme AGO de 16 de abril de 2012, onde o pagamento ao acionista Encalso Construções Ltda. ocorreu em 20 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 658. Os dividendos de 2011 no montante de R\$ 2.195 será incorporado ao capital da Companhia em 2013.

Em 31 de dezembro de 2012, a administração deliberou sobre a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 6.350, ainda não liquidados. O montante apresentado em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 8.545, contempla o saldo do ano anterior de R\$ 2.195 mais a constituição neste exercício de R\$ 6.350.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro líquido do exercício	34.639	13.635
(-) Compensação de prejuízos		(1.623)
Reserva legal - 5%	(1.732)	(601)
Reserva de incentivo fiscal	(7.511)	
Base de Cálculo	25.396	11.411
% proposto	25%	25%
Dividendos propostos	<u>6.350</u>	<u>2.853</u>
19 Receita		
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas de pedágio		
Numerários (i)	108.631	95.965
AVI - Sem parar (ii)	76.724	52.868
Visa Vale (iii)	14.947	12.126
DBTRANS (iii)	9.566	7.317
Sobras de Arrecadação	42	
	<u>209.910</u>	<u>168.276</u>
Receitas acessórias		
Receitas extraordinárias	322	89
Receitas de construção		
Obra de infraestrutura (iv)	<u>235.941</u>	<u>111.000</u>
Tributos sobre serviços da operação	(18.185)	(14.572)
	<u>427.988</u>	<u>264.793</u>

- (i) Receitas provenientes de recebimentos em dinheiro e cheques.
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada (CGMP).
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante utilização de cupons (DBTRANS) e créditos de vale pedágio (Visa Vale), previamente adquiridos das empresas habilitadas.
- (iv) Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 6% de margem, que reflete a melhor estimativa do valor dos serviços relacionados com a melhoria da infraestrutura (construção), considerando a estrutura administrativa e operacional da Companhia para a implementação de tais obras.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A partir de 1º de outubro de 2012, a Companhia passou a reconhecer uma margem de construção de 2% para as obras executadas pelo Consórcio Construtor Rodobahia (Nota 23); para as demais obras, foi mantida a margem de construção de 6%. A administração reconhece que essa mudança de estimativa é o que melhor reflete o padrão dos contratos de construção firmados entre empresas do grupo econômico do qual a Companhia é parte integrante.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita de obra de infraestrutura (i)	235.941	111.000
Custos de construção	<u>(224.779)</u>	<u>(104.717)</u>
	<u>11.162</u>	<u>6.283</u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são sumarizados e apresentados com a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(reclassificado Nota 2.20)
<u>Custos de manutenção</u>		
Custos com pessoal	(3.790)	(2.958)
Serviços de terceiros	(11.367)	(19.366)
Material, equipamentos e veículos	(2.246)	(2.059)
Gastos com aluguéis	(64)	(13)
Gastos com viagens	(76)	(34)
Outros gastos manutenção	(190)	(97)
	<u>(17.733)</u>	<u>(24.527)</u>
<u>Custos de operação</u>		
Gastos com pessoal	(21.284)	(20.424)
Serviços de terceiros	(20.078)	(17.345)
Material, equipamentos e veículos	(4.721)	(8.909)
Gastos com aluguéis	(363)	(377)
Gastos com viagens	(145)	(186)
Outros gastos operação	(2.543)	(2.130)
Verba de fiscalização	(4.535)	(4.011)
Seguros	(2.116)	(2.344)
Recursos para polícia rodoviária federal	(679)	(610)
Depreciação e amortização	(22.206)	(11.178)
	<u>(78.670)</u>	<u>(67.514)</u>
<u>Custos de monitoramento</u>		
Serviços de terceiros	(1.010)	(1.042)
<u>Custos associados a receitas acessórias</u>		
Tarifa de Exame de Projetos		(8)
<u>Custos de construção</u>		
Custos dos serviços de construção	(224.779)	(104.717)
Total	<u>(322.192)</u>	<u>(197.808)</u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2012, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

<u>Riscos cobertos</u>	<u>Bens segurados</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Riscos de engenharia	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	60.000
Riscos nomeados e operacionais	Obras nos sistemas rodoviários da BR 116 e BR 324	17.500
Garantia de execução da obra	Infraestrutura execução do contrato de concessão oriundo do Edital 001/2008	134.340
Responsabilidade civil	Edificações, máquinas e equipamentos	28.635

A Companhia contratou os seguintes seguros:

- Seguros contra danos materiais - cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de engenharia, riscos operacionais e relativos às máquinas e equipamentos da concessão.
- Garantia de execução - seguro que a Companhia deverá manter em favor da ANTT como garantia do fiel cumprimento das obrigações.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Companhia e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais pessoais ou morais decorrentes das atividades abrangidas pela concessão.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil de administradores, reclamação por práticas trabalhistas indevidas, responsabilidade estatutária, aquisição e constituição de nova subsidiária, segurado em empresas afiliadas, custos de defesa. Os segurados são as pessoas físicas eleitas como administradores, diretores, membros do conselho da administração, do conselho fiscal ou de qualquer outro órgão regulador competente.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais relativo ao escritório sede, localizado na Av. ACM, nº 3.244, Edifício Thomé de Souza, 16º andar, sala 1.601, Salvador-Bahia.
- Seguro de responsabilidade civil - cobertura de responsabilidade civil, incêndio, danos elétricos, riscos comerciais e produtos relativos a máquinas e equipamentos, tratores, retro escavadeiras, roçadeiras e caminhões.

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Despesas gerais e administrativas

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(reclassificado Nota 2.20)
Serviços de terceiros	(3.767)	(3.002)
Depreciação e amortização	(1.509)	(746)
Propaganda e publicidade	(896)	(685)
Material, equipamentos e veículos	(995)	(1.108)
Despesas com pessoal	(1.190)	(1.199)
Outros gastos operação e manutenção	(1.217)	(2.255)
Arrendamentos e aluguéis	(723)	(587)
Gastos com viagens	(738)	(582)
Energia, telefone e correspondências	(438)	
Ressarcimento de danos aos usuários	(385)	
Associação de classe	(309)	
Editais e publicações	(223)	(165)
Despesas com tributos	(70)	(206)
	<u>(12.460)</u>	<u>(10.535)</u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Partes relacionadas

a) Compras de serviços de partes relacionadas

(Nota 20 – Custos de construção)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Engevix Engenharia S/A (i) (ii) (iii)	25.884	8.367
Isolux Projetos e Instalações Ltda. (i) (iv)	60.396	15.457
	<u>86.280</u>	<u>23.824</u>

b) Dividendos a pagar

Dividendos a pagar

Infravix Participações Ltda.

Isolux Corsan Participações na Viabahia Ltda.

Encalso Construções Ltda.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	2.532	627
	6.013	1.568
		658
	<u>8.545</u>	<u>2.853</u>

c) Remuneração do pessoal chave da administração

Salários e encargos

Honorários dos administradores

Outros

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	921	979
	161	129
	108	91
	<u>1.190</u>	<u>1.199</u>

- (i) Serviços prestados conforme contrato de empreitada a preço global assinado em 2011, com o Consórcio Construtor Rodobahia que teve como consorciadas até 2010 as empresas Engevix Engenharia S/A e Isolux Projetos e Instalações Ltda. Este contrato tem como objetivo a execução integral de obras de melhoria e ampliações obrigatórias. Contrato firmado em abril de 2011 com prazo de 22 meses. O Consórcio garante a execução do objeto do contrato através de calção em dinheiro, mediante a retenção pela Viabahia de 5% (cinco por cento) do valor de cada medição e 5 anos de garantia dos serviços prestados pelo Consórcio.
- (ii) Serviços prestados de consultoria especializada para supervisão e fiscalização de obras de implantação de infraestrutura operacional rodoviária nas rodovias administradas pela Viabahia. Este contrato foi firmado em abril de 2010 e encerrado em setembro de 2011.
- (iii) A Engevix Engenharia S/A foi acionista da Companhia até 27 de maio de 2011 e transferiu sua participação para outra empresa do grupo Engevix, a Infravix Participações S.A.
- (iv) O grupo Isolux Corsán S.A. controla indiretamente a Isolux Projetos e Instalações Ltda. e a Isolux Corsán Participações na Viabahia Ltda..

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Receitas e despesas financeiras

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(36.584)	(24.085)
Capitalização de juros	239	2.665
Apropriação de ajuste a valor presente sobre provisão para investimentos	(16.805)	(14.581)
Variações cambiais	(6.241)	(6.204)
Perdas com operações com instrumentos financeiros (Swap)	(2.284)	
Despesas bancárias	(106)	(84)
Despesas de corretagem	(72)	(80)
Outras	(222)	(398)
	<u>(62.075)</u>	<u>(42.767)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicação financeira	1.532	1.902
Variações cambiais	3.923	2.665
Ganho com operações com instrumentos financeiros (Swap)	4.109	2.765
Outras	27	61
	<u>9.591</u>	<u>7.393</u>
Despesa financeira, líquida	<u>(52.484)</u>	<u>(35.374)</u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Despesas de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente aos exercícios findos em 31 de dezembro é como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	40.852	21.076
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais,	13.890	7.166
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	336	298
Outros	(228)	
Diferença entre a alíquota nominal e efetiva do imposto	(24)	(23)
Encargo fiscal	13.974	7.441
Incentivos fiscais		
(-) Incentivo PAT	(250)	
(-) Incentivo Sudene	(7.511)	
IR e CS no resultado	<u>6.213</u>	<u>7.441</u>

26 Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos períodos apresentados.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 as ações da Companhia não possuíam efeito dilutivo.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	34.639	13.635
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>102.000</u>	<u>102.000</u>
Lucro básico e diluído por ação	<u>0,34</u>	<u>0,13</u>

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Provisão para contingências

A Companhia é ré em processos de natureza trabalhista, oriundos do curso normal de suas atividades, classificados como de risco provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e para os quais foi constituída provisão no montante de R\$ 109, para 31 de dezembro de 2012.

Para os processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, não foram constituídas provisões para cobrir estes riscos. Estes processos possuem a seguinte composição:

	<u>Valor da Causa</u>
<u>Contingência Trabalhista</u>	
Ex-empregados de empreiteiras	636
<u>Contingência Cível</u>	
Ação civil pública	2.001
Ação indenizatória	7.873
Ação ordinária	593
Outras	251
	<u>10.718</u>
	<u>11.354</u>

Em 2011, o Ministério Público Federal da Bahia ingressou com uma ação civil pública contra a Companhia, através do processo número 0006049-88.2011.4.01.3304, tendo como objeto a não conclusão dos serviços previstos para os trabalhos iniciais. A Companhia atendeu a todas as exigências requeridas pela ação (prazos, tempos de vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos). A Companhia, baseada na posição dos seus assessores jurídicos, estima que esta ação possua probabilidade de perda possível, sendo o potencial impacto envolvido de aproximadamente R\$ 1.800.

28 Evento subsequente

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2013.

* * *